



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0141079-78.2020.6.05.8000
INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DA CAPITAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 30/03/2021
ASSUNTO :

PARECER nº 93 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço de manutenção de elevadores para transporte vertical de passageiros, existentes nos Anexos II e III que integram o Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, com fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços urgentes, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 42/2021, documento n.º 1789761.

Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme:

- a. registro em decisão que autorizou a abertura da licitação, documento n.º 1740899;
- b. designação de Pregoeiro e equipe de apoio, documento n.º 1790223;
- c. juntada de cópia da Portaria que designou o Pregoeiro, documento n.º 1789767.

Constam dos autos comprovantes de envio de aviso de licitação para publicação na internet (comprasnet) e no D.O.U., documentos n.ºs 1789772 e 1789776.

Cumprir registrar manifestação da SELIC em documento n.º 1734152, trecho a seguir transcrito:

3. Ademais, em vez do valor total para os 30 meses de contratação, haverá de ser lançado, no sistema eletrônico, o valor mensal total para prestação de serviço (condição 4.2 da minuta de edital), a fim de possibilitar, no sistema Comprasnet, a exclusividade de participação à microempresa e empresa de pequeno porte, considerando que se trata de serviço de natureza continuada com valor anual inferior a 80 mil, conforme o seguinte entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, a seguir transcrito:

"a melhor interpretação a ser dada ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar 123/2006, para os casos de serviço de natureza continuada, é que o valor nele previsto se refere ao período de um ano, devendo, para contratos com períodos diversos, ser considerada sua proporcionalidade".

A interpretação da SELIC foi corroborada pela ASJUR em parecer n.º 521, documento n.º 1740225, excerto a seguir transcrito:

3. Considerando que restou definido como critério de julgamento da licitação o valor global, corroboramos as ponderações lançadas pela SELIC no que tange à obrigatoriedade de envio de proposta escrita (item 2), assim como anuimos com o quanto pontuado no item 3, todos contidos no doc. n.º 1734152.

Assim, não restam dúvidas quanto ao procedimento, ainda que algumas licitantes, no início da etapa competitiva, tenham apresentado o valor total da contratação.

Houve impugnação ao edital, que foi devidamente decidida e publicada, documentos n.ºs 1791222, 1800813, 1801399 e 1809831.

Consoante ata do pregão anexada foram cumpridas as etapas do procedimento. Finda a etapa de classificação das propostas, deu-se início à etapa competitiva. O modo de disputa foi aberto e fechado. Houve tentativa de negociação. Após, foi realizada a aceitação das propostas e habilitação da licitante melhor classificada para o item licitado.

De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimento de licitar.

Aberto o prazo, não houve registro de intenção de recurso.

Deste modo, constata-se a regularidade de todo o procedimento, que se encontra apto à homologação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração e proceder à convocação da empresa vencedora para celebração do contrato, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, e arts. 13, VI e VII, e 48 do Decreto n.º 10.024/2019, bem como de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Relatório Final do Pregão.

Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos-Lei 8666/93.

À consideração superior.

Ana Flavia Cerqueira Machado
Analista Judiciário



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado**, Analista Judiciário, em 30/12/2021, às 18:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1811441** e o código CRC **D751455E**.